



O direito dos administrados

O direito a férias

O direito a férias é um direito constitucionalmente protegido, sendo consagrado no Capítulo referente aos Direitos e Deveres Económicos dos Trabalhadores – Cfr. artigo 59, nº 1, alínea d) da C.R.P..

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), no nº 1 do artigo 94º, dispõe que “*Aos militares das Forças Armadas são aplicáveis, em matéria de férias, as disposições, previstas no regime geral da função pública, sem prejuízo da atividade operacional ou de frequência de cursos, tirocínios, instrução ou estágios*”

Assim temos que, os funcionários e agentes da administração central - *na qual se enquadram os militares* – encontram-se, especialmente, regidos pelo que estipula o **Dec-Lei 100/99 de 31 de Outubro**, que fixa o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública, bem como pela **Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro**, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, com as devidas ressalvas no que tange ao seu âmbito de aplicação subjetivo, na medida em que a **Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro**, no seu nº 3, do artigo 2º dispõe que “*Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º, a presente lei não é aplicável aos militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, cujos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações constam de leis especiais*”.

No que respeita à remuneração devida é aplicável o vertido no **Dec-Lei 296/2009 de 14 de Outubro**. No que tange à atual problemática, relativa à eliminação do pagamento dos subsídios de Natal e férias, os quais, por imposição do quadro legal nacional só pode ser temporária, abstenho-nos de tecer qualquer comentário.

O direito a férias é um direito fundamental atribuído ao trabalhador, sendo, em regra, irrenunciáveis e não podem ser substituídas por compensações financeiras e adquire-se com a constituição jurídica de emprego público, vencendo-se no dia 01 de Janeiro de cada ano e reporta-se, em regra, ao serviço prestado no ano civil anterior.

No nosso ordenamento jurídico o legislador encara as férias não só como um gozo pessoal do trabalhador mas também como uma forma essencial para o desenvolvimento nacional, porquanto “*...O direito a férias deve efetivar-se de modo a possibilitar a recuperação física e psíquica dos trabalhadores e a assegurar-lhes condições mínimas de disponibilidade pessoal, de integração na vida familiar e de participação social e cultural*”.

A atribuição dos dias de férias é aferida por dois vetores: a idade e o tempo de serviço. Isto é, o militar tem direito a um **período anual de férias** com a duração mínima de 25 dias úteis até completar 39 anos de idade, acrescentando um dia útil em cada 10 anos interpolados, até ao limite de 59 anos, data a partir da qual tem o direito ao gozo de 28 dias úteis de férias. Não obstante, sem prejuízo do atrás citado período anual de férias, o militar tem ainda direito ao gozo de um dia útil de férias, por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.

Ao militar em regime de contrato, no ano civil da sua contratação, decorridos que sejam 6 meses de serviço efetivo, este tem direito ao gozo de dois dias úteis de férias por cada um dos meses completos de serviço até 31 de Dezembro desse ano até ao máximo de 20 dias úteis.

Por regra, as férias devem ser gozadas no ano civil em que se vencem. No entanto as férias referentes a determinado ano podem ser gozadas no ano civil imediato, seguidas ou não, das férias vencidas neste ano, quer por acordo, quer por conveniência de serviço.

Nos termos da lei, as férias podem ser gozadas seguida ou interpoladamente, não podendo ser gozados, seguidamente, mais de 22 dias úteis, sem prejuízo dos direitos já adquiridos, nem, no caso de gozo interpolado, um dos períodos pode ser inferior a metade dos dias de férias a que o funcionário tenha direito. Salvo os casos de conveniência de serviço, devidamente fundamentada, não pode ser imposto ao militar o gozo interpolado das férias a que tem direito.

O militar pode interromper o gozo das suas férias por motivos de maternidade, paternidade, adoção, doença, assistência a familiares doentes e por conveniência de serviço, devidamente fundamentada.

No que concerne à remuneração, a lei diz-nos que “*O subsídio de férias é de montante igual à remuneração base a que os militares tenham direito no dia 1 de Junho ou, nos casos previstos no número anterior, no dia 1 do mês em que completarem um ano de serviço efetivo, acrescido dos suplementos que a lei preveja como integrantes do respetivo cálculo*” – nº 3 do artigo 23º do Dec-Lei nº 296/2009, de 14OUT.

Com a cessação definitiva de funções, quer para militares dos Quadros Permanentes, quer para os militares em Regime de Contrato ou Regime de Voluntariado têm estes o direito a receber, cumulativamente com a última remuneração devida, a remuneração correspondente a dois dias e meio por cada mês completo de serviço efetivo prestado nesse ano e o subsídio de férias proporcional.

Por último, os militares que, definitivamente, cessam funções têm ainda direito ao subsídio correspondente ao período de férias vencido em 01 de Janeiro do ano do abate ou da passagem à reserva de disponibilidade, se ainda o não tiverem percebido, bem como à remuneração relativa a esse período, se ainda o não tiverem gozado.

A importância de tal é por demais relevante, na medida em que caso não tenha sido concedido ao militar o direito ao gozo dos seus dias de férias, terá a Administração que efetuar o pagamento dos dias de férias não gozados, cumulativamente com o subsídio de férias.